

## Economia Social de Mercado e crise dos bancos\*

9

BERNHARD VOGEL

“**L**onge de desejos de influências e interesses de grupos de quaisquer tipos, a meta da Economia Social de Mercado é a economia saudável que garanta a existência de todo o povo e permita que cada indivíduo, conforme seu desempenho, participe do produto social da nação.” Estas palavras foram escritas por Ludwig Erhard, fundador do bem-sucedido modelo socioeconômico que após a Segunda Guerra Mundial permitiu, primeiramente no lado ocidental, a reconstrução da Alemanha, que então não passava de um monte de destroços. Desde seus primórdios, a Fundação Konrad Adenauer mantém um compromisso com as metas da Economia de Mercado. E isto ainda tem mais sentido em 2008, ano do aniversário do exitoso modelo econômico, ao longo do qual comemoramos de diversas maneiras, em todo o mundo, a introdução da Economia Social de Mercado na Alemanha 60 anos atrás.

Ludwig Erhard e seus companheiros foram bem-sucedidos ao preparem as condicionantes básicas para uma “economia saudável” que estivesse a serviço de cada indivíduo em particular e à coletividade como um todo. Há 60 anos, na parte ocidental, e, há 20 anos, na parte oriental da Alemanha, o exitoso modelo econômico por eles propugnado, a Economia Social de Mercado, vem produzindo um bem-estar antes desconhecido, além de ser uma garantia de coesão coletiva e compensação social. O símbolo da Economia Social de Mercado é a mão estendida, e não o punho cerrado. Ela suplanta a luta de classes e tem por fim a parceria entre empregados e patrões.

---

\* Traduzido por Tito Lívio Cruz Romão a partir do original em alemão.

Há mais de 60 anos, no dia 21 de junho de 1948, foi ativada a União Econômica e Monetária na cidade de Frankfurt am Main, primeiramente apenas nas três zonas de ocupação aliada. No dia 24 de junho, acabou sendo estendida também ao setor oeste de Berlim, então ocupado pelos aliados ocidentais. Em consequência disso, a potência soviética de ocupação fechou todas as vias terrestres e marítimas que conduziam dos setores ocidentais de Berlim para o setor leste da cidade e para a zona de ocupação soviética. O bloqueio de Berlim durou quase um ano, mais precisamente até o dia 12 de maio de 1949, tendo fracassado graças à força de resistência da população berlinense e à ajuda dos aliados ocidentais.

Um dia após a reforma monetária decretada pelas potências de ocupação, quando as cédulas de marco alemão traziam a inscrição *Bank Deutscher Länder* (Banco dos Estados Alemães), Erhard aboliu, sem o consentimento dos aliados, o controle e a fixação de preços. Estava dado o sinal para o início da campanha vitoriosa da Economia Social de Mercado.

No início havia um número demasiadamente reduzido de pessoas que acreditavam no êxito daquela campanha. Como é do conhecimento de todos, no início, o modelo de Erhard contou com mais antagonistas que simpatizantes, mas havia, sobretudo, céticos. O presidente do Fundo Monetário Internacional àquela época considerava que o marco alemão “não tinha nenhuma chance”, enquanto que o presidente de um banco central estrangeiro considerava a nova moeda uma “piada de mau gosto”. E o marco alemão acabou tornando-se a moeda mais forte no período do pós-guerra. Hoje em dia, é bom saber que banqueiros e profissionais da área financeira também já erraram tempos atrás.

Outras grandes mudanças no curso da história da República Federal da Alemanha também não encontraram, logo de início, apoio da maioria. Deste modo, não teria havido maioria, por exemplo, em relação ao rearmamento em 1953, à Dupla Resolução da OTAN em 1983 e à introdução do euro por iniciativa do primeiro-ministro Helmut Kohl. Até hoje fica a lição de que o bom conselho para qualquer partido é que se aproxime do eleitorado e escute o que os eleitores pensam, acham, querem e repudiam. Mas também é preciso estar cômico de que um partido não precisa atender apenas para os anseios dos eleitores; é igualmente tarefa dos partidos exercer a liderança e tornar majoritário junto à população aquilo que esta reconhece como certo.

No ano de 1948, não muitas pessoas teriam apostado em que Ludwig Erhard conseguiria êxito majoritário com sua obra. Quando ele logrou seu intento, todos o elogiaram pela façanha alcançada. Até mesmo o partido

social-democrata SPD, em seu programa partidário de 1959, conhecido como Programa de Godesberg, fez as pazes com a Economia Social de Mercado, depois de haver fracassado a chance iminente de uma coligação em 1949 entre os dois grandes partidos populares, a União Cristã-Democrata (CDU) e o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), uma vez que Konrad Adenauer não estava disposto a prescindir de Ludwig Erhard no cargo de ministro da Economia. Era a sua condição para a formação da coligação no governo, algo que, numa época marcada por situações emergenciais, era uma possibilidade real. A condição do líder oposicionista social-democrata, Kurt Schumacher, era a reivindicação do cargo de ministro da Economia para o SPD e a renúncia ao modelo da Economia Social de Mercado.

Atualmente, na Alemanha e fora do território alemão, a Economia Social de Mercado é uma marca registrada, mas quase ninguém mais sabe ao certo o que encerra sua ideia principal. Ludwig Erhard exprimiu-a com as seguintes palavras: “Eu quero afirmar-me com minhas próprias forças, eu mesmo quero assumir o risco da vida, eu quero ser responsável pelo meu próprio destino. Pois você, Estado, tome as providências para que eu seja capaz de fazer tudo isto!”

No centro de tudo se encontra o ser humano, e não o Estado. O Estado existe em função do ser humano, e não o ser humano em função do Estado. Mas cabe ao Estado tomar as providências necessárias para que o ser humano possa desenvolver suas próprias forças. “Pois você, Estado, tome as providências para que eu seja capaz de fazer tudo isto!”. Ou ainda com outras palavras, com a frase cunhada por Konrad Adenauer há cinquenta anos: “Cada indivíduo é importante, nenhum deverá perder-se.”

O respeito perante a dignidade do ser humano, perante seu direito a organizar a vida responsabilmente conforme suas próprias medidas, isto se tornou, para além de toda economia, o núcleo do novo modelo econômico liberal e o fundamento de nossa ordem democrática. Por esta razão, na Alemanha não se pode separar a Economia Social de Mercado da Lei Fundamental (Carta Magna).

É necessário ter em conta que a Economia Social de Mercado foi mais bem-sucedida na reconstrução da Alemanha destroçada de então do que a reconstrução da República Democrática Alemã (RDA), pelo sistema econômico centralizador ali praticado, após a divisão da Alemanha em dois Estados. Após 1945 era relativamente fácil escolher Ludwig Erhard, pois ele representava não apenas o conceito correto, mas também o sucesso que cada indivíduo poderia acompanhar.

Já fizemos a seguinte experiência: às vezes reconstruir é mais difícil do que fazer uma nova construção. Foi preciso transformar uma economia socialista centralista em Economia Social de Mercado, mas, por motivos compreensíveis, não se ouviram até hoje os aplausos.

O colapso da RDA ocorreu da noite para o dia, mas era um colapso que, mais dia menos dia, não se poderia mais evitar. Durante décadas, o regime da RDA conseguira ocultar a situação econômica desastrosa em que se encontrava o país. A RDA: décimo maior país industrializado do mundo? Não passava de propaganda política! Em suas memórias, Helmut Kohl chama isso de uma “das dez maiores manobras de engodo do século XX.”

No início, ninguém podia saber ao certo como a realidade ali realmente era tenebrosa. Hoje sabemos: em 1990, apenas dois por cento das empresas da RDA eram competitivas no mercado internacional. A produtividade da economia alemã-oriental – dependendo da estimativa – representava de 13 a 30% da economia alemã-ocidental. Os equipamentos industriais já se encontravam fortemente obsoletos: em 1988, o seu tempo de utilização alcançava em média cerca de 26 anos. Em 1989, mais de 50% dos equipamentos tinham mais de 10 anos (na Alemanha Ocidental: 30%), apenas 27% tinham menos de 5 anos na Alemanha Ocidental: 40%). Se não tivesse chegado a “virada”, não mais teria sido possível ocultar “a declaração juramentada de insolvência” do país.

Um parecer da Comissão Estatal de Planejamento da RDA é bastante eloquente em outubro de 1989, ao produzir, finalmente, uma análise da economia alemã-oriental sem nenhuma maquiagem. O documento informa: o atraso em relação à Alemanha Ocidental é insuperável, o endividamento junto aos países estrangeiros capitalistas é dramático, o nível de qualidade de vida precisa ser submetido a uma redução da ordem de 25 a 30%. Mas isso, concluía o parecer de maneira bastante clara, tornava o país “faticamente ingovernável”.

Os problemas existentes no leste da Alemanha, que ainda nos ocupam muito no presente, não são consequência da Unificação Alemã, mas sim o resultado de 40 anos de divisão alemã e de economia socialista planejada. No lado ocidental, não estávamos preparados para o que aconteceu. Não havia nenhuma gaveta com papéis e planos em que se pudesse ler o que deveria ocorrer. Não houve tempo para se recorrer à mais alemã de todas as soluções alemãs, a implantação de comissões.

E como tudo se deu assim, é preciso dizer: é claro que também houve falhas ao longo do processo de unificação. Espera-se que nunca se vivencie

uma situação que gere uma segunda reunificação para se fazer tudo melhor, mas se pode concluir o seguinte: no final das contas, venceu a Economia Social de Mercado. Não é toda a antiga RDA que está prosperando nos dias de hoje, mas também por lá há paisagens que estão florescendo. Basta apenas ir até lá e olhar em volta.

O movimento social-cristão pode, com orgulho, fazer uma retrospectiva dos 60 anos da Economia Social de Mercado. Se atualmente se encontra diante de novos desafios, nosso movimento também não tem nenhum motivo, com gratidão, para se desprender da história, mas pode, ao invés disso, com base nesses elementos históricos fundamentais, abordar os problemas e encontrar soluções para eles: a globalização, a problemática ambiental e climática, o desenvolvimento demográfico, dentre muitos outros.

Há alguns meses, a crise mundial dos bancos está deixando o mundo sem respirar. Aconteceram fatos inimagináveis. Se os relatórios estiverem corretos, o mundo estava, há pouco tempo, à beira de uma insolvência geral – o que traria as devidas consequências para a conjuntura econômica mundial e também para a Alemanha.

Mesmo com toda a alegria pelo sucesso da Economia Social de Mercado, também se deve parar para pensar nessas questões. Mais do que nunca se fazem necessárias sérias reflexões. O que deverá acontecer?

O Estado alemão viu-se obrigado a garantir os depósitos nas cadernetas de poupança, além das garantias existentes mediante os fundos de garantia bancária. Em poucos dias foi criado, através do Legislativo, um pacote de salvamento no valor de aproximadamente 500 bilhões de euros. O Estado afiança créditos que bancos não mais ousam conceder entre si.

Mas não se trata, em primeira linha, de ajuda para bancos, trata-se, na verdade, de evitar gravíssimos danos para todos. É mister refletir sobre o que é uma ação responsável neste momento, e sobre o que deverá acontecer nesta situação.

Parece um mundo invertido: bancos e bolsas financiam investimentos públicos. Pacotes de salvamento em valores que alcançam altas cifras na casa dos bilhões quase provocam desmaios. Teve-se notícia de prejuízos que não se podem abarcar com a vista. Quem podia admitir que algo assim aconteceria? A coletividade agora realmente deverá sangrar menos devido às falhas ocorridas? Os afoitos agora serão recompensados?

Institutos de economia da Alemanha contam com um crescimento negativo em 2009. O governo federal alemão tem um pouquinho mais de coragem e chega a falar, todavia, de um crescimento de 0,2%. Mas todos os responsáveis já contam com as consequências do desastre financeiro.

Caso não se preste a devida atenção, esta poderá tornar-se a hora dos populistas e demagogos. Um grande jornal alemão, o *Handelsblatt*, já desenhou a “crise religiosa” da ordem econômica. Na verdade, a crise financeira pode tornar-se uma ameaça não apenas para a economia, mas também para a ordem social.

Na verdade, o problema não são os adversários da Economia de Mercado, mas o fato de não se debater bastante com eles e de não se empreender uma defesa contra eles.

As consequências econômicas e fiscais ainda não são visíveis, mas os efeitos para o debate político-intelectual já são bem claros: quanto maiores forem os efeitos, mais nós seremos conclamados a tomar um posicionamento. O termo “nós” não se refere apenas a cada indivíduo e aos partidos políticos, mas também, por exemplo, às fundações políticas.

Para alguns, os acontecimentos não passam de uma grande pechincha. Com uma satisfação pessoal que mal conseguem reprimir, afirmam que o capitalismo é mesmo assim, a Economia Social de Mercado é mesmo assim: famintos por dinheiro e irresponsáveis. Vem-se fazendo, de forma aberta, um questionamento do sistema principalmente pelo partido *Die Linke* (A Esquerda), que sucedeu o SED, Partido da Unidade Socialista da antiga RDA, na Alemanha unificada, assim como se o seu próprio sistema não tivesse sofrido um naufrágio internacional. Eles proclamam o naufrágio de nosso sistema, mas argumentam com base num sistema socialista fracassado em todo o mundo.

É preciso deixar claro: a intervenção que o Estado agora teve de fazer não é o fim da Economia Social de Mercado. Desde o início, a Economia Social de Mercado baseia-se na ideia de que o mercado pode destruir-se através de um exagero cego de seu próprio princípio, bem como na ideia de que o Estado, por este motivo, precisa estabelecer condicionantes básicas.

Ludwig Erhard resumiu essas ideias com as seguintes palavras: “Liberdade é para ser vinculada à ordem, ordem sem liberdade leva à coação, liberdade sem ordem representa uma ameaça de ocorrer muito facilmente uma degeneração rumo ao caos.”

Mas Economia Social de Mercado não significa que o mercado governe sozinho, não significa que cada indivíduo possa fazer o que quiser. Significa, ao invés disso, que cada um precisa respeitar o outro, que a “terceira ideia” – termo criado pelo padre jesuíta Alfred Delp, que lutou contra o nacional-socialismo – precisa vir, para além do *laissez faire* liberal e para além do socialismo.

A Economia Social de Mercado é a terceira ideia. Walter Eucken, um dos precursores decisivos deste exitoso modelo econômico tinha perante os olhos

a crise econômica mundial de 1929 quando escreveu: “Os métodos de comando da Economia Livre e a Economia Dirigida fracassaram.”

Esta frase, escrita por Eucken após a guerra, continua sendo válida nos dias de hoje. A Economia Social de Mercado é, sem mais nem menos, uma ordem econômica de mercado, uma ordem que não demoniza o capital nem o interesse voltado para o lucro, mas sim, inversamente, aposta nestes dois fatores, incluindo e limitando o interesse por lucro e o capital dentro de um sistema, de tal forma que gerem proveito para todos. Não é intenção da Economia de Mercado estrangular a força impulsora da economia, as livres iniciativas nem a concorrência. Ela existe no interesse público – há muito tempo não apenas no interesse privado – de que haja uma concorrência regulamentada.

Todavia, também temos consciência de que o mercado livre é necessário, pois apenas ele pode realmente satisfazer as necessidades das pessoas. Na RDA reinava a coação e não se podia comprar aquilo de que se necessitava; ao invés disso, era preciso pegar o que havia à disposição, ou seja, no verão, boinas de inverno e, no inverno, calções de praia.

Precisa-se de concorrência, precisa-se de mercado livre. Apesar disso, na concepção de Erhard, também é necessário um Estado forte, que não deve ser confundido com um Estado onipotente. Cabe a este, segundo Wilhelm Röpkke, um dos mais importantes autores intelectuais da Economia Social de Mercado, o papel do “árbitro forte, cuja tarefa não consista em participar do jogo nem em impor seu jogo aos jogadores, um árbitro que, muito mais que tudo, empenhe-se por completa imparcialidade e incorruptibilidade para o mais estrito cumprimento das regras do jogo.” O árbitro precisa prestar contas com os jogadores trapaceiros. Isto pode acontecer de diferentes maneiras, gerando inclusive um “cartão vermelho” ou até uma “expulsão de campo”.

O que acaba de acontecer no mundo das finanças não é a consequência lógica da ordem econômica de mercado, isso ocorre, na verdade, contra seu espírito, pois leis econômicas fundamentais foram desrespeitadas. Com o olhar voltado para as práticas, em parte aventureiramente confusas, de execução de balanços, vale a pena fazer uma consulta ao Código Comercial Alemão. Em seu § 238, lê-se a seguinte frase: “Todo comerciante é obrigado a fazer escrituração contábil e nela evidenciar suas transações comerciais e a situação de seu patrimônio de acordo com os princípios contábeis cabíveis. A escrituração contábil deverá ser configurada de modo tal que possa transmitir a uma terceira pessoa especialista na área um panorama dos eventos comerciais ocorridos e sobre a situação da empresa.”

Na verdade não há palavras mais claras e evidentes para se resumir o conteúdo acima. Quem não se ativer a esse preceito, estará violando uma lei! E quem violar uma lei, precisa receber algum tipo de sanção.

Por ter vivido na esfera internacional com muito poucas ou, em algumas áreas, sem quaisquer regulamentações, o sistema financeiro internacional não apenas chegou à beira do abismo. Por haver violado todas as práticas e os bons costumes comerciais, chegou àquela situação extrema.

O chefe de governo alemão, presidente Horst Köhler – que, na qualidade de ex-diretor do Fundo Monetário Internacional, é certamente um especialista nessa área – estava certo ao exigir “cabeça fria e humildade”. Como cristãos não são radicais, deve-se adicionar expressamente às suas palavras: também há banqueiros que trabalham bem e de forma responsável, nem todos são imprudentes. Está em curso uma retomada de consciência por prazos mais duradouros e estáveis, maior estabilidade e prestação de serviços no sentido clássico, inclusive nos Estados Unidos.

Não se pode esquecer: também no futuro – por mais que se façam as reformas necessárias na constituição do mercado financeiro – banqueiros e um moderno sistema bancário continuarão a ser de importância vital!

É certo que os banqueiros sejam acobertados em sua própria renda por instituições que aceitam a ajuda do governo federal. Na Alemanha, esta decisão foi tomada pela Câmara Baixa (*Bundestag*) e pela Câmara Alta (*Bundesrat*) em outubro. Também é certo que os pagamentos de bônus sejam cortados, e que o Estado exija influência sobre o derramamento de dividendos, se agora o dinheiro dos contribuintes precisa ser empregado para proteger os acionistas.

Não se deve permitir que a participação do Estado junto aos bancos seja confortável para os negócios financeiros – nem para o setor de gerenciamento nem para os acionistas. Ao contrário: os bancos deverão ter a intenção de livrar-se da influência governamental. A intenção é esta, mas isto somente pode ter êxito, se for desconfortável para o banco a presença controladora do Estado no seio da instituição bancária. Por esta razão, eles devem comprar de volta, o mais cedo possível, as quotas-partes que cabem ao governo, para que os recursos oriundos dos contribuintes, que foram dados como fiança, possam voltar a ser liberados.

Caso se consiga superar a atual crise, e caso se tomem as devidas providências com fidedignidade, estarão sendo afastados possíveis danos à Economia Social de Mercado.

Os motivos para a intervenção do governo precisam ser postos em claro, para que se entenda por que ela é necessária nesta situação e neste

grau, para que se perceba por que a salvação dos bancos não é uma finalidade em si mesma da qual também se pudesse prescindir. Para que se entenda, principalmente, que será debitada ao contribuinte uma carga considerável, mas, nem por longe, todo o valor de que se fala, para que se compreenda que os bancos não estão recebendo um cheque assinado em branco, mas que o Estado está garantindo suas possibilidades de influência no setor bancário.

É mister informar que a política não renunciou em nome da economia, como sempre se tem ouvido falar nos últimos anos, mas sim que o Estado é conclamado quando a situação se agrava. Mas também é preciso dizer que abuso e irresponsabilidade não ocorrem somente com políticos, mas também com gerentes. Também se deve tirar esta lição.

Entretanto, isto não será realizado apenas com medidas de curto prazo. Existem muitas coisas a serem aprendidas com a crise atual, e muito ainda deverá ser feito.

Não se pode afirmar que faltam as bases jurídicas na Alemanha, para que sejam detidos gerentes de bancos e auditores fiscais. O que acontece é que se tem feito demasiadamente pouco uso desses recursos legais.

A Alemanha não está começando do zero, pois conta com medidas de segurança. Se houvesse essas medidas de segurança nos Estados Unidos, toda a crise não teria acontecido do mundo como se deu. Mas é indispensável que se introduzam novas medidas de segurança na constituição financeira, não apenas na Alemanha, mas também na Europa e, esperando-se que isto ocorra mais cedo ou mais tarde, também em nível internacional.

Para que a crise realmente seja superada, faz-se ainda necessário um procedimento internacional coerente. Os norte-americanos precisam aprender algumas lições. Mas não há espaço, no presente momento, para nenhum tipo de antiamericanismo, pois comunidade transatlântica não apenas significa que se recebeu ajuda quando esta foi necessária após a guerra, mas também que as crises sejam superadas em conjunto, quando crises houver.

A crise financeira mundial poderá, no final, revigorar a Economia Social de Mercado. Se Wilhelm Röpke tivesse sido lido a tempo, ter-se-iam evitado alguns acontecimentos. Mas talvez pelo menos valha para o futuro a seguinte recomendação: “O que interessa é a regulamentação estrita da escassez de dinheiro. Este controle sensato da quantidade de moeda não pode ser pensado pela livre concorrência, mas sim por um sistema de regulamentação monetária muito bem concebido.” (Wilhelm Röpke: *Die Lehre von der Wirtschaft*, 4ª ed. revisada, Erlenbach-Zurique 1946, Rentsch Verlag, pág. 137).

Sessenta anos de Economia Social de Mercado – uma história de sucesso a ser comemorada. Mas neste contexto não se deve esquecer que foi preciso envidar todos os esforços necessários para que essa história de sucesso não acabasse, mas que continuasse seu curso de êxito. Que é preciso continuá-la, construir em cima de suas bases e ter a coragem de superar os desafios diante dos quais agora nos encontramos. Eles são grandes, mas, perante Deus, não são maiores que aqueles que foram superados na Alemanha no início da Economia Social de Mercado. Com o conhecimento da Economia Social de Mercado, dever-se-ia encorajar as gerações hodiernas e futuras, afirmando que podemos suplantar esses desafios, se nós mesmos nos esforçarmos e também dispusermos da concepção certa. E a concepção certa continua a ser – também para o futuro – a Economia Social de Mercado!

**Bernhard Vogel** é doutor em Ciência Política (Universidade de Heidelberg). Catedrático do Instituto de Ciência Política da Universidade de Heidelberg até 1967. Ministro de Educação e Cultura (1967-1976). Primeiro-ministro da Renânia-Palatinado (1976-1988). Desde 1975, é membro do Diretório Federal da CDU da Alemanha. Entre 1992 e 2003, foi primeiro-ministro da Turíngia. Entre 1989 e 1995 foi Presidente da Fundação Konrad Adenauer, cargo que retomou em 2001 e mantém até o presente momento.